

**Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil** [ou, A democracia – apontamentos a partir de Carlos Nélon Coutinho]

Virgínia Fontes\*

Vivemos um período complexo, no qual a expansão da dinâmica societária capital-imperialista parece reproduzir os mesmos e velhos moldes da formação histórica brasileira: dependência e subalternização frente aos países centrais, desigualdades sociais gritantes, escasso avanço na conquista e consolidação de direitos para a classe trabalhadora. Para alguns pensadores críticos, não só permanecemos no passado tradicional, como o processo contemporâneo estaria apenas exacerbando suas características mais anacrônicas, através de reprimarização, recolonização, populismo (nomeado agora como neopopulismo), etc. Buscando evitar a excessiva linearidade e ausência de efetividade do processo histórico no caso brasileiro, outros – com especial ênfase para Francisco de Oliveira – sublinham a emergência de novas características, porém elas ocorreriam sem os parâmetros históricos capazes de auxiliar-nos a deslindar seus atributos. Teríamos assim configurado um ornotorinco, um verdadeiro impasse evolutivo.

Tratando dessa difícil correlação entre as profundas marcas da tradição autocrática e a emergência de transformações significativas, Carlos Nelson Coutinho, atento leitor dos autores clássicos, teceu interessante comentário sobre dois dos mais importantes pensadores do marxismo no Brasil. Após ressaltar sua enorme contribuição para a compreensão da via não clássica da 'revolução burguesa' no Brasil, Coutinho comenta como a capacidade arguta de identificar os traços fundamentais dos processos históricos nem sempre se acompanha da identificação da emergência de situações de novo tipo: “Ora, tanto em Caio Prado Jr. quanto em Florestan [Fernandes] constata-se uma tendência a sublinhar os momentos em que o velho permanece no novo e, frequentemente, em consequência, a subestimar este novo” (Intervenções, 147).

Carlos Nelson empreende pois a urgente tarefa que deve ser realizada coletivamente: a retomada e releitura cuidadosa de nossos clássicos que, porém, não pode se limitar a tomá-los de maneira imediata e, menos ainda, a utilizá-los de maneira mecânica e imediata. Mariátegui denunciava o 'calco y copia' ao reclamar da adesão acrítica a conceitos e categorias não pertinentes à realidade latino-americana. Ampliando o alcance do alerta mariateguiano para a releitura de

---

\* Professora da pós-graduação da EPSJV/Fiocruz e da Área de História da UFF. Docente da Escola Nacional Florestan Fernandes e pesquisadora do CNPq.

clássicos num mesmo país, também a transferência acrítica de questões, de conceitos e categorias plenamente válidos em um dado período histórico para outras circunstâncias e períodos, pode apagar ou obscurecer os processos reais de emergência de novos problemas e novas situações. Portanto, a leitura de nossos clássicos ganha ao mergulhá-los nos contextos históricos nos quais escreveram, de maneira a evitar que o necessário aprendizado se converta em anacronismo. Tal aprofundamento não deve porém reter nossos clássicos num escafandro 'temporal', isolá-los num passado já terminado, uma vez que isso seria retirar-lhes o poder de ensinar-nos a pensar com o já pensado, dar-nos fios da meada de estruturas profundas e renitentes, conectar-nos com as lutas que foram e seguem sendo as nossas.

A permanente retomada dos clássicos deve ser dupla: apreender as bases conceituais e a interpretação do Brasil e, por outro lado, observar atentamente a emergência de novas contradições, exigindo-nos mais do que uma releitura, a superação dos limites históricos que são os nossos. Nesse viés, não basta nos assenhorearmos de maneira sólida de nossa tradição. Coutinho provocativamente sugere que o marxismo é um 'revisionismo'. Mesmo discordando do termo empregado por ele (pois a maior parte dos revisionismos resultou em afastamento do marxismo) é preciso levar em consideração a pertinência de sua ponderação:

“Afinal, o que é o método de Marx? É a fidelidade ao movimento do real. E o que é o real? É uma permanente dialética de conservação e renovação; usando uma bela expressão do jovem Lukács, o real é o jorrar incessante do novo. Portanto, se não renovo minhas categorias, se não as reviso para poder conceituar o real em seu incessante devir, sou infiel ao método histórico-dialético de Marx.”<sup>1</sup>

É à luz da difícil compreensão da emergência de situações novas que esse artigo parte de algumas importantes contribuições de Carlos Nelson Coutinho como intérprete do Brasil, ou mais precisamente como fino analista dos processos históricos brasileiros, para ajudar-nos a enfrentar os desafios atuais, em especial sobre o tema da democracia. A emergência do novo, como as conquistas resultantes das importantes lutas dos trabalhadores e dos subalternos nas últimas décadas, nem sempre tem o aspecto que gostaríamos. Inversamente, a reprodução do velho – da dinâmica societária sob o jugo do capital – pode trazer, sob suas contradições, novos desafios e novas formas de enfrentá-los.

Este artigo é uma conversa com Carlos Nélon Coutinho, um amigo raro, de inteligência e generosidade extremas. Não estou preocupada em entabular um debate formalizado com suas opções estratégicas e suas interpretações, mas em aprender com ele, revirando algumas de suas proposições, entre concordâncias e discordâncias. Coutinho conserva o sopro fundamental da interrogação sobre a totalidade, a permanente elaboração da compreensão da formação social brasileira e, acima de tudo, a clareza de que se trata de processos históricos, cambiantes, nos quais o

---

1 Conversa com um “marxista convicto e confesso”. In: *Intervenções. O marxismo na batalha das ideias*, São Paulo, Cortez, 2006, p.191.

protagonismo central é da luta de classes.

Carlos Nelson Coutinho é um dos pensadores mais relevantes sobre o Brasil e uma de suas características mais importantes é a de atuar num largo espectro, atravessando as disciplinas. Sua contribuição não se limita a uma área demarcada e entrincheirada. Com extrema sensibilidade e rara erudição, Coutinho escreve sobre sociedade, cultura, sobre política, história, filosofia, sobre teoria e sobre historiografia. Procura capturar uma formação social específica porém banhada de uma historicidade que, ao mesmo tempo, lhe é própria e a integra numa totalidade mais ampla desde seus primórdios.

Carlos Nélon tem expressiva influência nas interpretações históricas sobre o Brasil que, por sorte, não são exclusividade de historiadores. As cisões disciplinares tendem a resultar em estratégias de produção de conhecimento defendidas corporativamente, como se apenas os iniciados pudessem interferir nos seus territórios específicos. Disso decorre, muitas vezes, um certo ensimesmamento mais profissional e/ou pedante do que curioso e, no caso da história, uma produção histórica correta tecnicamente, porém mais obediente do que impertinente; uma historiografia muitas vezes descomprometida com a compreensão mais ampla dos processos sociais.

Ora, a ampla cultura de Carlos Nelson, sua trajetória intelectual peculiar e sua permanente intervenção política transformaram-no num pensador que rompe – na prática – tais fronteiras. Em primeiro lugar, conservou e permanece atualizando uma bela tradição do pensamento brasileiro – e não só brasileiro, mas do pensamento crítico internacional – ao nos brindar com formidáveis ensaios. Enganam-se os que imaginam serem mais difíceis ou completos alguns dos pomposos artigos escolares que alguns nomeiam como acadêmicos. Desiludam-se: estes exigem disciplina e obediência a formatos previamente traçados. Ao contrário, a elaboração de ensaios exige longa maturação de temas densos e tensos, exige a ousadia de caminhar no terreno das sínteses que procuram – mais do que apenas costurar citações, como os artigos escolares – compreender um processo vivo, escorregadio e complexo e, nele, tomar posição. Carlos Nelson, de maneira gentilmente infratora frente às imposições produtivistas, persiste enfrentando o desafio do marxismo, o de envolver-se plenamente com o processo de emancipação da humanidade.

Não enumerarei a longa lista de contribuições de Carlos Nélon assim como não pretendo listar – mesmo se criticamente – seus numerosos artigos sobre a democracia (sobre o que, aliás, já correu muita tinta). Meu intuito é experimentar a impregnação das diferentes formulações, interrogações e, sobretudo, da sensibilidade de Coutinho para prosseguir um debate a cada dia mais urgente e inquietante sobre a questão da democracia no Brasil e no mundo contemporâneos.

## Revolução burguesa e democracia

O ponto de partida do debate sobre a democracia é uma grande interrogação histórica, que

sua obra compartilha com os mais importantes de nossos pensadores clássicos: a revolução burguesa no Brasil, seus percalços, características e limites.

O aporte leniniano (expresso através do emprego da 'via prussiana') e sobretudo gramsciano (a revolução passiva) lhe permitiu precocemente compreender que, mesmo se por vias não clássicas, não apenas as relações capitalistas (no sentido econômico) já se haviam disseminado, como também as relações burguesas (de uma certa sociabilidade), com um significativo crescimento de movimentos – mesmo se esporádicos – de luta dos trabalhadores que reivindicavam, embora sistematicamente golpeados e retardados, uma socialização da política. Para Coutinho a dominação burguesa no Brasil se consolida em 1930, reproduzindo modalidades de revolução passiva, presentes desde o século XIX, ao longo do século XX.

Assim, a admissão da efetivação do capitalismo no Brasil – desde 1964 já sob formato monopolista – eliminava uma espécie de dúvida tradicional, pois para muitos autores e organizações políticas, o caráter da dependência, a truculência social das classes dominantes e o papel do imperialismo seriam obstáculos à difusão das relações de produção capitalistas no país. A revolução burguesa aqui, entretanto, divorciava-se profundamente dos modelos revolucionários clássicos: como em outros países retardatários, se realizava através de acordos pelo alto, entre os diferentes setores da classe dominante, em especial a grande propriedade fundiária e a burguesia industrial. De forma mais gritante do que outros países retardatários, aqui o atraso se expressaria na derrogação da realização dos mais mezinhos direitos democráticos, mesmo aqueles de cunho burguês. O direito ao voto para os analfabetos, que constituíam parte expressiva da população, somente foi conquistado em 1988; os direitos sociais, formalmente proclamados na mesma Constituição, seriam cotidianamente atacados pelos sucessivos governos. A **processualidade da expansão capitalista no Brasil deixaria uma dívida democrática permanente.**

Carlos Nélon é um reconhecido como um dos mais persistentes defensores da democracia e da democratização no Brasil. Uma das mais candentes questões atuais e que, por essa razão, deve ser nosso ponto de partida, é a hesitação sobre a definição conceitual do processo político brasileiro contemporâneo. Para alguns, estando cumpridas as formalidades constitucionais, já estaríamos em plena democracia e a ela se deveria apenas obediência. Na contraface de tal interpretação, permanecem dúvidas sobre a incompletude da revolução burguesa no Brasil, em função de sua impotência no terreno democrático. O elo comum a essas duas teses, no demais opostas, é que a questão democrática obnubila o debate sobre a socialização da existência social, debate execrado para uns e precoce para outros.

Haveria em Carlos Nélon Coutinho a suposição de que a revolução burguesa estaria incompleta mesmo após a disseminação das relações econômicas que lhe correspondiam, pela não realização plena de uma democracia ampla, plural, povoada de entidades populares e com forte e

autônomo movimento operário? Seria possível imputar a Carlos Nélon a suposição de uma necessária etapa democrática prévia à luta socialista? Em sua interpretação histórica do Brasil a formação de uma cultura nacional-popular plural, forte e vigorosa, poderia substituir ou empalidecer a necessidade de transformações substantivas nas relações de produção capitalistas? Antecipemos a resposta, transparente no conjunto de sua obra e de sua atuação, ainda que extrações de citações isoladas possam eventualmente confundir o leitor: inexistente na reflexão de Carlos Nélon a suposição de uma etapa prévia, democrática, apresentada como uma pré-condição para a luta socialista.

Carlos Nélon defenderá permanentemente a proposição – apresentada como a estratégia de base gramsciana e como devedora às formulações eurocomunistas – de uma revolução socialista processual, através da conquista progressiva de posições na sociedade civil e na sociedade política, com um crescimento da organização política dos subalternos e a construção de uma contra-hegemonia majoritária. Na virada da década de 1970 para 1980, ele condicionaria a realização do socialismo a um exercício de paciência, com vistas à construção de uma unidade estratégica em prol de um consenso majoritário contra-hegemônico por dentro da institucionalidade democrática, e defenderia então o polêmico ensaio sobre o valor universal da democracia, modificado posteriormente para o valor universal da democratização. Nele, rompe – e reafirmará diversas vezes essa ruptura – com as posições leninianas e da III Internacional de defesa de uma revolução definida como assalto ao poder, adotando dali em diante uma concepção que reúne estreitamente democracia, reforma e revolução. Essa opção atravessa o conjunto de suas intervenções e segue reafirmada até a atualidade, embora com algumas pequenas diferenças e nuances. Ele se refere à sua própria posição como reformismo-revolucionário. Vejamos em rápidas pinceladas sua visão geral do processo histórico brasileiro.

As sucessivas revoluções passivas brasileiras se traduziriam num lento processo de ocidentalização, com uma aceleração do crescimento da sociedade civil – arena privilegiada da luta de classes, como Coutinho enfatiza em diversos momentos – no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. O objetivo da ditadura de sufocá-la resultaria em seu contrário. Se a repressão às formas de expressão popular assegurou plenas relações de um capitalismo de cunho monopólico e dependente (implantando aqui um Capitalismo Monopolista de Estado), essa mesma modernização capitalista traria como resultado não desejado da ditadura empresarial-militar a expansão da sociedade civil, como sua contraparte ineliminável.

O processo de ocidentalização experimentado pela sociedade brasileira trazia novas possibilidades, mas também renovava as dificuldades no sentido da expansão de uma contra-hegemonia nacional-popular<sup>2</sup>. De um lado, mantinham-se heranças da via prussiana e da

<sup>2</sup> Uma cultura nacional-popular, tal como explicitada por Coutinho recusa o nacionalismo cultural como anacrônico, por valorizar exatamente o atraso, sendo “uma das principais manifestações ideológicas da 'via prussiana'”

dependência, que conformara uma cultura ornamental, brotando sob um 'intimismo à sombra do poder', modalidade de cooptação e incorporação de intelectuais, que atualizava para o século XX o formato anterior do 'favor'. De outro lado, generalizavam-se novas modalidades já plenamente capitalistas de cooptação e de deslocamento dos intelectuais, afastando-os de suas bases populares. O assalariamento à indústria cultural, a qual já nascia monopolista, aprofundava diferenças entre os altos salários e os que integravam o “exército cultural de reserva”, além da introdução de uma “racionalização” de cunho capitalista, que invadia também as universidades no período ditatorial, priorizando o valor de troca frente ao valor do uso. No entanto, a reprodução da forma anterior de cooptação ou do “intimismo à sombra do poder”, assim como as novas teias de subordinação à indústria cultural ou à exposição aos pseudoprodutos culturais importados traziam também novas e explosivas contradições.

Sua preocupação maior com as condições das lutas dos subalternos no Brasil e sua permanente intervenção – assumindo conscienciosamente o papel de intelectual orgânico – o leva a averiguar a expansão da sociedade civil de base nacional-popular, rastreando a afirmação crescente da presença subalterna e da classe trabalhadora sob inúmeras formas – plurais – de expressão de interesses, tanto de âmbito econômico, como político e cultural, estimulando sua convergência na direção de uma musculosa teia de entidades e de lutas, capazes de impor – de baixo para cima – conquistas substantivas na socialização da existência. Refinadíssimo leitor de Gramsci e com forte ênfase na necessidade da organização social e política, sua obra se interessa em identificar as tendências na luta social, a irrupção de sensibilidades diversas no campo dos subalternos, apontando sempre para um foco unificador capaz de polarizar o conjunto das lutas. A sociedade civil expressa o aumento da organização dos diferentes setores e interesses sociais; daí a importância sempre atribuída por Coutinho ao partido contra-hegemônico, que precisa atuar como agregador da multiplicidade plural das reivindicações populares, unificando-as na luta pela socialização da existência.

É desde o ponto de vista dos subalternos, de suas expectativas, valores e anseios, que Carlos Néelson procurou balizar seus escritos sobre a democracia. É ainda desse ponto de vista que critica e assinala os limites econômicos, sociais e políticos impostos à democratização brasileira, identificando as modalidades pelas quais a tradição da revolução passiva, do 'intimismo à sombra do poder' (ou a tradição autocrática), se recompõe e procura golpear as iniciativas populares. Esse é talvez o ponto central, sobre o qual vale a pena insistir: leitor ávido de Lukács e de Gramsci,

---

antipopular”. A cultura nacional-popular, ao contrário, mergulha na cultura universal e implica a “capacidade de distinguir entre o válido e o não-válido no seio do patrimônio cultural universal.” (144). Envolve uma “concepção *humanista e historicista* do mundo (...) que afirma o papel da praxis na transformação das estruturas sociais...” (145) “A consciência artística nacional-popular se manifesta não só na temática, mas sim no *ângulo* de abordagem, no *ponto de vista* a partir do qual o criador estrutura sua obra.” (146). Cf. *Cultura e democracia no Brasil* – in: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2a. ed., RJ, Salamandra, 1984 - Texto de 1977/1979.

militante comunista dentro ou fora de partido comunista, é exatamente essa sensibilidade peculiar para as dinâmicas, expectativas, anseios, formas de organização e elaboração cultural dos subalternos em direção a uma cultura nacional-popular que pretendemos reter como uma de suas mais importantes contribuições. Acrescente-se a isso a permanente atenção à historicidade, o que o leva a intervir em situações conjunturais, com seguro rigor teórico porém conseguindo escapar de interpretações coaguladas.

Por essa atenção especial ao nacional-popular e à sua complementar organicidade, não é central na obra de Coutinho, embora mais recentemente o agregue, o tema dos aparelhos privados de hegemonia burgueses, voltados não apenas para a dominação, mas também para a *direção*. É possível supor que a tripla característica das burguesias brasileiras: 'prussiana', dependente e truculenta o tenha afastado desse tema, embora não o tenham afastado da atenção à configuração do Estado no Brasil. Sua análise das formas específicas da ampliação do Estado no caso brasileiro e da democracia tem como foco central a produção de uma contra-hegemonia nacional-popular. A análise do processo histórico de constituição do Estado brasileiro, e de sua ampliação *seletiva*, acolhendo aparelhos privados de hegemonia burgueses mas amputando a expressão popular, foi empreendida sobretudo por René Armand Dreifuss e por muitos dos estudiosos de Gramsci e leitores de Carlos Néelson Coutinho, dentre os quais se destacam Sonia Regina de Mendonça, Alvaro Bianchi, Lucia Neves, dentre outros.

Em diversos momentos Carlos Néelson trouxe elementos cruciais para a compreensão do Estado brasileiro, exatamente por conservar o foco na necessária correlação de classes (e de lutas de classes) que o Estado expressa. Escrevendo no conturbado período dos anos 1976-79, em artigo sobre o capitalismo monopolista de Estado<sup>3</sup>, Coutinho desmontou duas suposições, ambas com veleidades críticas mas incapazes de alcançar as formas concretas da dominação burguesa. Na primeira, Fernando Henrique Cardoso, em conhecido e divulgado trabalho, *Autoritarismo e democratização*, publicado em 1975, procurou explicar as tensões internas à ditadura através da contraposição entre uma “burguesia de estado”, forjada à sombra das empresas estatais, e uma burguesia de mercado. A fração burguesa “de estado” agregaria militares e gerentes, burocratas detentores de competências técnicas, com pretensões hegemônicas apoiadas pelo 'expansionismo estatal' e pelo autoritarismo. A essa 'burguesia de estado nacional-estatista' se contraporía uma burguesia privada, defensora de um 'capitalismo de empresa' de teor liberal-imperialista. Facilmente se observa em nossos dias a aproximação de Cardoso com esse 'capitalismo privado'. A crítica realizada por Carlos Néelson desarmava já então – com dados – a hipótese de FHC. Queremos destacar de sua análise a clareza teórica de que o conjunto do Estado e de suas empresas integravam uma totalidade capitalista monopólica. Para Coutinho o Estado e as empresas estatais agiam, ao

---

3 **O capitalismo monopolista de Estado [CME] no Brasil: algumas implicações políticas** – – in: A democracia como valor universal e outros ensaios. 2a. ed., RJ, Salamandra, 1984. Texto de 1976-1979

contrário, no sentido de 'desvalorizar o capital público' visando a assegurar a máxima valorização tanto do capital privado nacional quanto internacional. A função das empresas estatais não era a de “maximizar seus próprios lucros” e consistia, ao contrário, em favorecer os mecanismos de acumulação do capital privado, garantindo-lhe altas taxas de lucro.” Dessa forma, demonstrava ainda na década de 1970 – precocemente – como a contraposição realizada por FHC entre autoritarismo e liberalismo ocultava uma concepção liberal do Estado.

Enfrentando a segunda suposição então em voga, Carlos Nélon criticava os que consideravam o regime da ditadura civil-militar como fascista ou semifascista, posto que sua sustentação dependeria de uma única política econômica, a da superexploração dos trabalhadores e de todas as camadas não monopolistas<sup>4</sup>. Carlos Nélon combate o mecanicismo da imediata correlação entre monopólios e fascismo e entre política e economia, sublinhando o desaparecimento, nesse tipo de reflexão, do papel das lutas de classes e de sua capacidade de arrancar vitórias econômicas. Tendo clareza sobre o papel do Estado – como garantidor em última instância da reprodução do conjunto do capital – conclui lembrando não haver impedimento estrutural para que

“a burguesia monopolista desses países [que recorreram à ditaduras na implantação e consolidação do capitalismo monopolista de Estado] – sob pressão de condições objetivas tanto nacionais quanto internacionais – não possa ser obrigada a 'mudar de pele' e a adotar formas mais ou menos democráticas de dominação.”<sup>5</sup>

Em outros ensaios, reafirma – com algumas variações – o papel que atribui à democracia, defendendo a preservação e a conquista de direitos sociais. Retoma então mais explicitamente o pensamento liberal, no contexto de crescente ataque aos direitos sociais da década de 1990. Vale destacar que mesmo posteriormente insistirá na importância da leitura e do conhecimento dos pensadores inaugurais do liberalismo – a meu juízo corretamente, pela extrema importância da plena compreensão da historicidade do processo de lutas sociais no solo das revoluções burguesas, que configuram ainda as bases intelectuais das formas atuais de dominação. Coutinho vai além e destaca o aporte liberal a uma reflexão de âmbito universal, considerando

“um grosseiro equívoco, tanto teórico quanto histórico, falar em 'democracia burguesa'. Pode-se certamente caracterizar o liberalismo como uma teoria e um regime político burgueses” embora haja no liberalismo elementos que “transcendem esse vínculo genético com a burguesia e adquirem valor universal”<sup>6</sup>.

Insurge-se contra leituras mecanicistas, que encaram as políticas sociais como mero instrumento burguês de legitimação da dominação, insistindo na unilateralidade dessa posição, pois

---

4 A crítica de Coutinho dirige-se explicitamente a Rogério Freitas, 'Il capitalismo monopolistico de Stato in Brasile', in Nuova Rivista Internazionale, ed. Italiana, n. 3, 1976.

5 **O capitalismo monopolista de Estado [CME] no Brasil: algumas implicações políticas.** in: A democracia como valor universal e outros ensaios. 2a. ed., RJ, Salamandra, 1984, p. 192. . Texto de 1976-1979.

6 **Notas sobre cidadania e modernidade** (conferência maio de 1994). In: COUTINHO, Carlos Nelson – Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. 2a. ed. revista e atualizada, 2008 [1a edição, 2000], p. 62.

toda a vida social, e “*também a esfera das políticas sociais é determinada pela luta de classes*”<sup>7</sup>. Sabe que sob a dominação burguesa, a fragilização dos subalternos na correlação de forças permite à burguesia utilizar as políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora ou cooptá-la. O desmonte do Welfare State e dos direitos sociais mostraria que eles não interessam à burguesia. Chega então a sinonimizar democracia e cidadania, confiante de que a ampliação da cidadania, como um “processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que atravessa a modernidade, termina por se chocar com a lógica do capital.”<sup>8</sup>

Nos anos 2000, sobretudo após a vitória de Lula e do PT ao governo federal, Carlos Nélon assinala que “estamos assistindo a uma aberta manifestação de uma das características mais significativas dos processos de 'revolução passiva', àquilo que Gramsci chamou de 'transformismo', ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição”. No entanto, emitia reservas quanto a julgar tal processo como revolução passiva. Considera haver – no Brasil e no mundo – dois modelos em disputa, o de uma democracia de massas próxima do exemplo europeu, caracterizada por fortes organizações populares, contraposto ao modelo americano, de padrão liberal-corporativo. Enquanto o primeiro asseguraria a possibilidade da expansão democrática pela pressão da grande política, traduzida pelo embate entre grandes opções de organização da vida social (capitalismo e socialismo), o segundo encolheria o espaço da luta social, reduzindo-a à pequena política, “que não põe em discussão as questões substantivas da formação econômico-social brasileira”<sup>9</sup>

A exceção a essa quase regra de sucessivas revoluções passivas no Brasil seria pois o período recente, posterior à década de 1990 quando ocorreria uma contra-reforma. Inexistiria na atualidade

“o acolhimento de 'uma certa parte das exigências que vêm de baixo' que Gramsci considerava (...) uma característica essencial das revoluções passivas” ocorrendo uma “tentativa de supressão radical daquilo que (...) Marx chamou de vitórias da economia política do trabalho.” (...) “De resto, pelo menos nos países ocidentais, não se trata de uma contra-revolução: em tais países, o alvo da ofensiva neoliberal não são o resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo que caracterizou o Welfare State”.<sup>10</sup>

Reafirma novamente sua convicção à adesão democrática, enquanto luta pela redefinição do do Estado e da esfera pública, através do aumento dos

“mecanismos de participação, de socialização da política, lutando por construir os meios e os caminhos pelos quais o aprofundamento da democracia nos conduza não apenas a um novo modelo de Estado, mas também a uma sociedade de novo tipo, à sociedade socialista, única capaz de garantir as condições de um efetivo predomínio do interesse público na

7 Notas sobre cidadania... cit., p. 65, itálicos do autor, CNC.

8 Notas sobre cidadania... cit., p. 68.

9 O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Contra a corrente, p. 142.

10 CONTRA-REFORMA - **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?** (2007) In: COUTINHO, Carlos Nelson – Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. 2a. ed. revista e atualizada, 2008 [1a edição, 2000], pp. 102-3.

esfera da vida social e política.”<sup>11</sup>

Como se observa em diferentes momentos de sua obra, Carlos Nélon Coutinho não pressupõe a democracia como uma etapa prévia a realizar, mas como uma luta constantemente levada por dentro e para além – revolucionária – das limitações do regime liberal. Não se trata pois, para ele, de uma revolução burguesa que teria sido interrompida ou quedado incompleta, mas uma revolução burguesa que, por vias não clássicas, se completa em simultaneidade com um avanço de contra-reformas no âmbito mundial e internamente. Nem uma democracia acabada, como sugerem os antidemocráticos que sustentam uma posição de congelamento das lutas e conquistas sociais, nem, ao contrário, considera sua inexistência no Brasil. Ao integrar as conquistas democráticas sob o regime liberal, e ao caracterizar fundamentalmente a democracia pela expansão da sociedade civil – em sua face contra-hegemônica – Coutinho opera em outro registro, no qual as lutas pela socialização da política (e da existência *tout court*) precisam empurrar, tensionar as conquistas democratizantes.

Conversando com Carlos Nélon Coutinho sobre as condições múltiplas da luta pela socialização

Vale agora pontuar a sua reflexão, procurando explicitar e debater alguns dos fundamentos que a lastreiam, para extrair o que mais nos instiga de seu aporte e que me parece extremamente fértil para compreender as lutas de classes contemporâneas, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

A interpretação histórica de Carlos Nélon está profundamente marcada pela opção estratégica por uma forma específica de revolução socialista, atuando simultaneamente como conservação e superação (*aufhebung*). O reformismo revolucionário envolve duas correlações importantes: a primeira pressupõe uma correspondência entre a forma social (a socialização das forças produtivas, característica do capitalismo) e a reivindicação de uma correlata socialização da política.

Não há nenhum mecanicismo nessa formulação: trata-se de considerar que uma certa forma de ser social, ainda que embebida de alienação, contém contradições nas quais a experiência real vivida (a da socialização truncada pelo mercado) abre ou permite fissuras frente às formas de pensar o mundo dominantes e, expressando-se sob formas ideológicas, fissuras que atuam como fermento nas quais a luta pode ser conduzida até o seu desenlace. Assim, a classe trabalhadora, expropriada das suas condições de existência e homogeneizada no mercado, acata a figuração idealizada de uma correspondência política 'cidadã', na qual a 'igualdade' de mercado se duplica numa igualdade jurídica. Adere pois aos fundamentos liberais, que acenam com a fórmula abstrata de uma política esvaziada da capacidade de transformar as relações de produção. Tal pensamento liberal não é

---

11 O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas, publicado originalmente em 2006. Contra a corrente, cit., p. 146.

entretanto desprovido de efeitos sociais (ideopolíticos), podendo ser empolgado pelas massas subalternas o que leva, em diversas circunstâncias, ao seu truncamento e mutilação pelas próprias burguesias.

As lutas históricas concretas da classe trabalhadora romperam em diversos momentos os limites antidemocráticos constitutivos do liberalismo, impondo conquistas em direção a processos democratizantes mais significativos. A própria luta econômica da classe trabalhadora pressiona no sentido de uma “economia política do trabalho”, impondo uma historicização à economia política do capital, que se arvora como lei fixa e imutável de uma economia que encontraria seus fundamentos na natureza.

A segunda correlação supõe que tais conquistas da economia política do trabalho constituam novos patamares, uma espécie de processo 'pedagógico' realizado no interior do capitalismo, através do qual os subalternos não apenas se encharcam do fetichismo da mercadoria, mas também se organizam e apreendem os elementos sociais que podem permitir enfrentar a lógica social que vela as relações reais. Nas lutas, compreendem que a riqueza existente resulta de seu trabalho, o qual nutre o capital, e não o inverso, tal como se apresenta na imediatez. Mas podem compreender também, através de sua prática reivindicativa, que a política pode duplicar a expropriação econômica. Nesse sentido, a luta política precisa combater duplamente o capital, tanto no terreno das grandes opções sociais, como econômicas e jurídicas. Aqui, o papel da organização da classe trabalhadora assume todo o seu sentido.

A reflexão subjacente à defesa do reformismo-revolucionário envolve sustentar que os processos históricos de reforma social, mesmo não alterando as relações sociais de produção, correspondem à vitórias pedagógicas da economia política do trabalho, não resultando de iniciativas burguesas. Desse ponto de vista, tende a considerar como reformas apenas aquelas que extrapolam os limites interpostos pela dinâmica liberal e pela reprodução do capital, impondo portanto conquistas que conservam estreita relação com uma direção claramente socializante. De maneira similar, considera que as conquistas com teor democratizante (aquelas que, mesmo contidas no âmbito limitado das instituições liberais, ampliam sua participação efetiva) por nascerem no solo escassamente fértil das instituições liberais – mantendo com elas, portanto, uma relação estreita de conservação e superação – resultam de lutas dos subalternos, nada devendo nesse sentido aos epígonos da “economia política do capital.” Dependem portanto da capacidade de auto-organização popular e de sua unificação na diversidade, da produção de uma cultura nacional-popular de teor internacionalista, promovendo diuturnamente a organização dos subalternos e opondo obstáculos crescente à dominação.

A convicção expressa por Coutinho de que a luta de classes e as múltiplas lutas levadas a efeito pelos subalternos não são inócuas é crucial, assim como sua ênfase na existência de múltiplas

reivindicações, não apenas corporativas (econômicas ou de interesse imediato). Para Marx, em *Salário, Preço e Lucro*, as lutas por conquistas pontuais são fundamentais e, se resultam em vitórias parciais, consolidam entretanto as próprias organizações da classe e demonstram praticamente a possibilidade de outra “Economia Política”, a do trabalho ou, melhor dizendo, a da emancipação de todos os trabalhadores do jugo do capital. A aderência às reivindicações dos trabalhadores – mesmo se limitadas a conquistas no interior da dominação capitalista, quer como aumento de salários, quer como ampliação de direitos – é a condição pela qual a experiência concreta da contradição social se põe em marcha convertendo-se em luta. A primeira condição, para Marx, é não permitir que o argumento burguês da ‘impossibilidade’ ou ‘inutilidade’ das conquistas desarme a própria luta e deseduque os subalternos. Nesse sentido, as lutas democráticas, se aderidas à concretude social e não apenas expressões abstratas genéricas, são decerto uma das modalidades pelas quais as exigências concretas da igualdade e da socialização da existência encontram uma via de expressão e de consolidação da organização dos subalternos frente à dominação do capital.

Mas há também um limite a esse argumento. Marx não encerrou sua reflexão com a conquista do aumento salarial pelos trabalhadores e, portanto, com a vitória de uma economia política do trabalho. Após defender duramente a luta pelo aumento de salários, contra os argumentos de sindicalista que o considerava como inútil, Marx sublinhou não apenas seu caráter parcial, mas demonstrou que a essa vitória corresponde a tendência à *constituição de novas formas de subordinação do trabalho ao capital*, pelo aprofundamento do mais-valor relativo, através de uma “*mudança progressiva na composição do capital*”, cujo intuito é desvalorizar a força de trabalho. Conclui destacando a importância dos sindicatos como centro de resistência contra as usurpações do capital, mas apontando seus limites, tanto por usar “pouco inteligentemente a sua força”, quanto por uma deficiência de cunho geral, “por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, *ao mesmo tempo*, se esforçarem para mudá-lo...”<sup>12</sup>.

As conquistas da luta econômica impõem modificações na composição orgânica do capital e repõem em patamares mais agudos, pois mais extensos, a contradição entre trabalho e capital. Seria possível supor, de forma similar, que as conquistas democratizantes sob o capital envolvam uma tendência à mudança na composição da política?

A análise de tendências – e de leis tendenciais – compreende que há formas nas relações sociais que impelem à reprodução, à repetição, mas que se defrontam com modificações que essas próprias relações sociais introduzem. Em sociedades de classes, por exemplo, uma dupla e contraditória tendência tantaliza os integrantes dos setores dominantes: por um lado, pretendem aumentar suas riquezas e poder, o que significa aumentar e aprofundar as formas de extração de sobretabalho dos subalternos. Por outro lado, tendem a conservar como intocáveis os pressupostos

---

12 Marx, K. Salário, preço e lucro. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2a. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp. 98-9. Itálicos nossos, VF.

sobre os quais repousa essa mesma sociedade. Essa contradição se torna ainda mais explosiva no capitalismo: a velocidade e voracidade da expansão da lógica *social* (e não meramente econômica) do capitalismo não têm similar histórico anterior. A própria reprodução do capital – ou a reprodução do velho – frequentemente se reveste de novas características. Ela é expansiva, ampliada tanto do ponto de vista das proporções da extração de valor dos trabalhadores (de maneira absoluta ou relativa), quanto do ponto de vista territorial, quanto, sobretudo, do ponto de vista social, com massas crescentes da população humana do planeta convertendo-se (ou reconvertendo-se) celeremente em seres “livres como os pássaros”, disponíveis e necessitados de mercado, impelidos a vender sob condições cada vez mais difíceis sua capacidade de trabalho. Assim, sob a dinâmica capitalista, a reprodução do velho traz incessantemente novos elementos, inclusive pela escala em que subordina e mescla tradições, culturas e sociabilidades, amalgamando-as sob o jugo de um mercado difuso no qual atuam forças derivadas de uma propriedade cuja concentração é hoje em escala faraônica.

É evidente que essa expansão capitalista modifica sem cessar o conjunto das relações sociais, ao mesmo tempo em que procura manter o formato social que a sustenta, ou seja, a estrutura de classes. A escala sempre crescente do processo, porém, aporta não apenas um aguçamento da contradição entre *reproduzir ampliadamente* (portanto, modificar), contraposta a *conter e conservar*, mas repõe o problema para âmbitos cada vez mais amplos, ao incorporar países e territórios e, sobretudo, ao integrar em cadeias produtivas (ou extratoras de mais-valor) a cada dia mais complexas populações as mais diversas, com experiências, trajetórias históricas, tradições culturais fortemente diversificadas.

Num plano mais político, isso significa que as lutas dos trabalhadores assumem múltiplas dimensões. Ao extraírem conquistas efetivas, impelem tendencialmente o capital a reforçar os meios de adequação e apassivamento, resultando em enorme concentração de recursos voltados para produzir novos consensos dos subalternos com vistas à neutralização de suas vitórias parciais. Ao fazê-lo nos moldes formalmente democráticos e parlamentares, modificam as condições de ingresso para o reencetamento do enfrentamento de classes, não apenas através da cooptação, mas do custo efetivo da manutenção de organizações aptas a construir a unidade dos subalternos, como partidos e campanhas políticas. A contra-hegemonia se torna portanto mais difícil e árida nas condições da ordem dominante. Em outra – e contraditória – dimensão, entretanto, as experiências concretas dos trabalhadores, traduzidas em lutas e eventuais conquistas, convertem-se mais rapidamente em formas exemplares para os demais, dentro e fora de fronteiras nacionais. Mesmo as lutas por conquistas imediatas exigem crescentemente uma avaliação mais precisa dos contextos internacionais, assim como a organização de contatos e conexões mais ou menos constantes entre trabalhadores e subalternos de diferentes procedências regionais e nacionais, detentores de tradições

culturais diversas. Exemplifiquemos com alguns casos mais próximos: a luta contra a atuação do BNDES em prol da concentração de capitais impeliu a uma unificação dos atingidos por essa entidade que regrupa desde populações tradicionais até trabalhadores brasileiros de grandes obras, além de estrangeiros, operários ou camponeses atingidos por expropriações. Em outro recorte, a constituição da Via Campesina aproxima experiências de trabalhadores extremamente diversas do meio rural, mas também incide sobre as populações urbanas, ao ter como palavra de ordem, por exemplo, a “soberania alimentar” ou o “direito à alimentação sem veneno” (sem agrotóxicos). O internacionalismo parece brotar como condição para as lutas dos trabalhadores. Opõe-se ao cosmopolitismo das diversas classes e frações dominantes, que produzem repertório comum voltado para o apassivamento, a contenção e repressão.

A complexidade pois da forma específica e avassaladora da expansão capitalista repete seus procedimentos fundacionais, como a expropriação do povo do campo e a extração de mais-valor através do trabalho livre, porém jamais de maneira idêntica, uma vez que sua origem e expansão não são homogêneas, nem igualmente distribuídas entre os países, assim como os territórios sobre os quais se expande detêm tradições e formas sociais diversas, mais ou menos porosas ou resistentes. Desde os primórdios, essa expansão ocorreu de maneira desigual, pois as burguesias das primeiras regiões e países industrializados dispunham de meios econômicos – e militares - mais robustos. Também essas regiões originárias do capital experimentaram precocemente distúrbios intestinos, que precisaram ser mais ou menos neutralizados e/ou incorporados (de forma subalterna) para possibilitar sua continuação. Expande-se pois o capitalismo multiplicando os polos contraditórios, que ao atingirem o planeta, envolvem classes dominantes e países (Estados e governos) profundamente desiguais, nos quais classes dominadas e dominantes internas com expectativas contraditórias incorporam e/ou reagem a essa expansão. A expansão capital-imperialista é um processo de imposição de uma mesma relação de subalternização em escala sempre mais ampla, e uma tentativa de frear as formas de resistência e luta, que se tornam sempre mais complexas, abrangendo desde as resistências locais até lutas com escopo regional, nacional, continental e mesmo internacional.

Os processos históricos nos colocam diante desse múltiplo desafio, no qual tendências opostas agem simultaneamente: uma reprodução do mesmo promove contínuo aumento de escala; uma socialização da produção contraposta à sempre mais brutal concentração da propriedade; a modernização do capital travestida de revolução contraposta à luta revolucionária pela plena socialização da existência; uma intensa homogeneização contraposta à mais extrema fragmentação da existência social, do espaço e da política. Tais tendências contraditórias atuam em espaços e territórios não homogêneos ou contínuos – posto que já desfigurados pela própria produção capitalista, sob seus diversos formatos – assim como sob condições *políticas e culturais*

extremamente heterogêneas (local, infra-nacional, nacional, regional e internacional).

Ao contrário do que muitos afirmaram, os Estados nacionais não apenas conservaram, mas tiveram sua importância acrescida. Precisam condensar em seu interior volume crescente de interpelações cruzadas, interesses díspares e tensões intra-classes dominantes, atuando no sentido de assegurar a reprodução do capital em seu conjunto, capital de origem nacional e internacional extremamente desigual. Sobretudo, precisam conter um crescente conjunto de expectativas e de reivindicações dos subalternos em contexto de expropriação de direitos, ao mesmo tempo em que asseguram sua neutralização futura – em especial, através das crescentes dívidas públicas. A ampliação do Estado, apontada por Gramsci expressa não só o aprofundamento da democracia, mas também a complexificação dos meios de dominação de classes na atualidade.

As conquistas dentro da ordem política democrática – sem ampliar seu escopo para a superação da ordem social burguesa – exasperam formas cada vez mais abstratas e abrangentes de integração subalterna à ordem, obstaculizando sua superação. Em outros termos, a expansão econômica do capitalismo coligada à expansão de uma democracia marcadamente liberal e decididamente avessa às conquistas socializantes oporia mais obstáculos – práticos, organizativos e pedagógicos – para a organização dos subalternos. O avanço do capitalismo sob sua roupagem democrática pode constituir-se, em vez de um efetivo avanço gradual da socialização, numa reafirmação crescente e expansiva (inclusive através de práticas repressivas e/ou militares, recobertas pela legalidade formal) da redução dos espaços da política, da imposição da pequena política, mascarada embora por uma participação emasculada de sua capacidade de transformação. Essas interrogações dizem respeito tanto à interpretação histórica contemporânea, quanto a uma intensa reivindicação democratizante que emerge de forma esporádica sobretudo na última década.

No caso da interpretação histórica, o Welfare State é apontado corretamente por Coutinho como conquista dos trabalhadores e como conquista de reformas resultante de uma forte pressão socializante. Ainda que circunscrito a alguns países centrais, teve efeitos difusos – embora escassos – em países periféricos, resultantes das diferentes correlações de força dos trabalhadores, que se expressavam também no âmbito internacional. As circunstâncias de seus primórdios – a grande crise iniciada em 1929, continuada pela II Guerra Mundial – e as de sua efetivação, a da Guerra Fria, limitaram-no porém a uma conquista dentro da ordem, ainda que expressiva (direito à saúde, à educação, etc.). A democratização concretizada nas conquistas, ao permanecer alvo da segmentação entre as instâncias da vida social, foi rerepresentada em seu sentido mais abstrato, o do critério de eleição e o da igualdade cidadã, passando a predominar sobre seu sentido concreto, o da socialização do conjunto da existência. Dessa forma, as lutas principais dos subalternos – com exceções, é claro – passaram a defender *aquela* ordem como um todo homogêneo (com seus pressupostos da garantia da acumulação capitalista). Ora, em paralelo ocorria uma efetiva

recomposição da política, na qual apenas os interesses mais ou menos imediatos eram reconhecidos como legítimos. A socialização das lutas precedentes perdia terreno frente aos ganhos imediatos. Sindicatos e entidades associativas se expandiam, inclusive nos principais países europeus, porém a cada vez mais limitados à defesa de interesses específicos. A luta de classes, ao ater-se sobretudo às conquistas dentro da ordem – mantendo-as ou ampliando-as – gerava conquistas mas resultava também numa recomposição da política, que poderíamos chamar de *orgânica* (similar às da centralização e concentração de capital), com recursos crescentes de manipulação em todos os sentidos – propaganda, mídia, etc. - (Lukacs), através orquestração de entidades de origem empresarial, encasteladas 'democraticamente' no Estado como defensoras ativas da ordem burguesa<sup>13</sup>. Neste caso, a interpretação de Carlos Nélon, assim como sua estratégia, demonstram limites, posto que a pedagogia das reformas não atua apenas em sentido socializante, mas pode ser revertida e crispá-se na defesa da ordem burguesa, exigindo poderosa organicidade dos subalternos para enfrentamento mais árduo, onde o teor socializante precisa galvanizar em longa duração grandes extensões de trabalhadores apenas para assegurar as conquistas já realizadas.

Essa interpretação poderia também ser aplicada ao caso brasileiro, no qual ocorreu intenso processo de enquadramento das lutas socializantes num âmbito mais estreito, abstratamente democratizante. Tal enquadramento não ocorreu apenas por conversão ideológica, mas também por forte repressão – sobretudo econômica, através de massivas demissões na década de 1990 e por pressões de âmbito internacional. Aprofunda-se o uso manipulativo de expressões clássicas da luta socializante. O golpe empresarial e militar de 1964 recorreu à “revolução” e “democracia”, expondo de maneira gritante as contradições com o processo ditatorial real. O recurso das últimas décadas ao termo “reforma” expressa um refinamento manipulatório, pois a reforma contém a admissão prévia da manutenção da ordem. Não por acaso, aliás, ele é a expressão mais corriqueira desde a década de 1990 nas agressivas campanhas burguesas de expropriação de direitos sociais. Formulações como de uma “terceira via”, de radicalização da democracia, ou democratizar a democracia foram expressões evidentes para eliminar a socialização e para aprofundar a conformação às condições mais amplas da ordem burguesa.

A manutenção do adjetivo revolucionário ao lado do termo reformismo, assim como o conteúdo socializante das reformas propostas garante à interpretação de Carlos Nélon o teor de superação subversiva, para além da conservação da ordem. Mas talvez não seja suficiente para assegurar a compreensão dos novos patamares da luta de classes e da própria configuração do capital-imperialismo.

---

13 Este tema foi magistralmente trabalhado por Poulantzas no livro *O Estado, o Poder e o Socialismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, no qual aponta para o fenômeno de deslocamentos sucessivos ocorridos no interior do Estado, reduzindo o alcance das vitórias políticas dos subalternos que, mesmo detendo posições no Estado, encontravam-se à míngua de recursos.

No segundo ponto, porém, sua intervenção demonstra enorme capacidade de incorporação de fortes tendências presentes nas lutas sociais contemporâneas. Trata-se do que denomino provisoriamente como democratismo-subversivismo esporádico que vem brotando em planos nacionais, com forte elaboração e alcance internacional. Os conflitos contra a OMC (como os enfrentamentos de Seattle e Gênova), a constituição do Forum Social Mundial e, mais recentemente, manifestações como Occupy Wall Street e os massivos movimentos ocorridos na Espanha (M-15) ou em Portugal (Geração à rasca) demonstram escassa organicidade, porém uma intensa reivindicação da socialização efetiva da política. Em alguns casos, ainda que de maneira confusa, as reivindicações começam a incidir também sobre as condições econômicas. São movimentos que emergem marcados pelo enquadramento na recomposição orgânica da política já mencionado, razão talvez de suas hesitações, com atuação por enquanto ainda mais voltada para a redução de danos do que para o enfrentamento das *formas de produção*, consideradas em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais. Emergem pois ainda marcados pelos traços de uma política abstrata, integrativa e fragilmente socializante. Não obstante suas limitações, há algo que as incessantes referências de Carlos Nélon à questão democrática deve nos fazer refletir: trata-se de uma tendência – ainda frágil – a superar a distinção entre socialização econômica e socialização da existência. A referência à democracia já – em países onde predomina de longa data a institucionalidade liberal-democrática burguesa, como os EUA – vem sendo utilizada como uma maneira de romper com as fronteiras idealizadas, implementadas entre uma economia aparentemente alijada da existência, uma política expressa sob formulações abstratas e uma sociabilidade marcada pela mercantilização.

A insistência de Carlos Nélon na socialização da política deve lembrar, recuperando Marx, Gramsci e Lukacs<sup>14</sup>, que inexistente uma economia à parte, que deva sustentar uma tática revolucionária específica, separada do conjunto da sociabilidade que nela se forma e a ela se amolda. As lutas pela socialização da política, menos do que uma tática específica, precisam carrear as exigências profundas de socialização da existência e, ao infringirem os limites econômicos, políticos e sociais impostos pela sociabilidade dominante do capital, permitem entrever as fissuras que exigem a elaboração de uma associatividade que, em todas as lutas realizadas dentro da ordem coloquem *simultaneamente a necessidade e urgência da superação dessa mesma ordem* burguesa. A aderência às lutas de classes concretas é a condição para que a questão da socialização da existência possa furar os bloqueios interpostos à organização e ao enfrentamento da ordem burguesa como um todo.

Em texto mais recente, Carlos Nélon apresentou a democracia como um conceito em disputa, no que tem razão: “*a disputa hodierna não tem tanto como objeto a oposição explícita*

---

14 Ver especialmente Lukacs, G. Socialisme et démocratisation. Paris, Messidor/Ed. Sociales, 1989, passim.

*entre democracia e antidemocracia, como ocorria até meados do século XX, mas sim a oposição entre diferentes conceitos de democracia.”*<sup>15</sup>

Essa afirmativa implica que a adjetivação da democracia é uma condição para a definição de seu campo conceitual, político e social. A conservação do caráter “subversivo e anticapitalista” da democracia exige pois que ela integre plena e permanentemente a luta pelo socialismo, única forma social na qual pode plenamente realizar-se e, assim, contribuir para a emancipação humana. Através de nossa fraterna e amiga discordância, chegamos mais um vez a um ponto comum.

Apesar de sua coerência, parece-me que há outros elementos a agregar. Mesmo com nuances e cautelas, essa reflexão pode conduzir à formulação de modelos, que tendem a gerar a suposição de que um certo desenvolvimento mais ou menos normalizado do capitalismo conduzirá, mesmo se com restrições, à disseminação de condições similares às dos exemplos modelares, em especial na generalização de direitos e na democracia. Aqui, a defesa de que o impulso popular por reformas sempre mais democratizantes, e sua concretização – mesmo se parcial – expressaria uma capacidade organizativa crescente para cessar a dominação do capital e a alienação embutida já na própria existência de uma vida pautada pelas mercadorias.

O que falta, pois? A incorporação das modificações reais que a mudança de escala no processo de ampliação do capital / freio das expressões populares aporta ao novo conjunto, pois a totalidade abrangida agora por tais relações, dada as suas dimensões, implica em novas e complexas determinações e contradições. Se a contradição central – entre a socialização da existência e a apropriação privada cada dia mais concentrada do excedente – permanece e se expande, as duas pressões já mencionadas – a da expansão / contenção, também se agudizam. Em outros termos, de que conquistas populares já integradas ou incorporadas numa certa “normalidade” dos países centrais, conquistas democratizantes que pareciam indicar uma certa elasticidade do liberalismo e do próprio capitalismo, se convertam agora em obstáculos para sua própria reprodução. O mais do mesmo exigiria agora menos.

---

15 Democracia: um conceito em disputa. In: Intervenções. O marxismo na batalha das ideias.SP, cortez, 2006, p. 26-27.